

X Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União

Um universo de possibilidades para a gestão pública

Ações da CGU em Obras

REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



PATROCÍNIO-MASTER



PATROCÍNIO



APOIO



CO-REALIZAÇÃO



Brasília, 05/06/2025



Missão

Promover a integridade e o enfrentamento da corrupção de modo que o governo federal possa entregar políticas e serviços públicos efetivos.



Visão

A CGU será reconhecida como um órgão que mais conhece a Administração Pública federal e de excelência, líder e protagonista na promoção da integridade pública e privada, e no enfrentamento da corrupção em todo o ciclo da política pública, atuando por meio de equipes diversas, de forma responsiva e integrada.



Valores

- Transparência
- Integridade
- Responsividade
- Resiliência
- Cooperação
- Empatia

Operações em PARCERIA da CGU e Órgãos de Defesa do Estado

Foram mais de 715 Operações especiais em conjunto com a PF com prejuízos apurados de mais de R\$ 6,2 bilhões

Polícia Federal

O que você procura?



> Assuntos > Notícias > 2025 > 03 > PF e CGU miram crimes ambientais e outros delitos em Minas Gerais

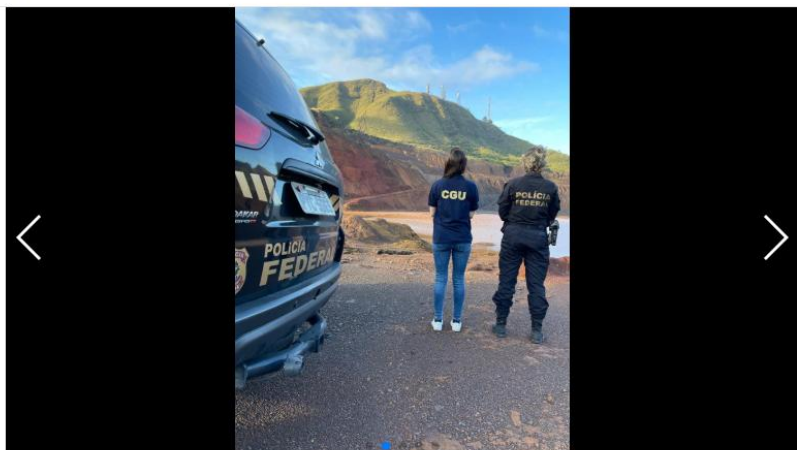
OPERAÇÃO PF

PF e CGU miram crimes ambientais e outros delitos em Minas Gerais

Operação Parcours ainda investiga crimes de corrupção e peculato

Publicado em 28/03/2025 09h35

Compartilhe: [f](#) [in](#) [wh](#) [link](#)

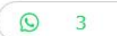


PF e CGU deflagram nova fase da Overclean, que mira esquema bilionário de corrupção com contratos públicos

Agentes cumprem mandados em quatro estados e revelam atuação de grupo que desviou R\$ 1,4 bilhão por meio de fraudes, propinas e lavagem de dinheiro

03 de abril de 2025, 07:48 h

164
Partilhas



3



18



142



Agente da Polícia Federal e servidor da Controladoria-Geral da União (Foto: Divulgação/Polícia Federal)

Corrupção e ineficiência são fenômenos associados e sintomas de uma **governança ineficaz**¹.

A corrupção e a ineficiência levam à perda de recursos relacionados aos investimentos públicos por diversos motivos, dentre os quais destacamos: **alocação ineficiente**, remuneração de obras a preços superiores aos devidos (**sobrepço**), pagamento por serviços não executados (**superfaturamento**) e obras que não atendem aos padrões de desempenho e qualidade, por vezes com utilização de materiais de qualidade duvidosa, dentre outros.

Instrução Normativa SFC nº 03/2017 (MOT)

Auditoria Interna Governamental é uma atividade independente e objetiva de **avaliação e de consultoria**, desenhada para **agregar valor** e melhorar as operações de uma organização. Ou seja, agregar valor ao gasto público, seja pelo **incremento da qualidade ou produzindo ganhos de eficiência**, é dever primário dos órgãos de controle interno.

Linhas de Atuação da SFC

Ações de Controle

- Avaliações de Políticas Públicas
- Auditoria
- Apurações
- Avaliações Preventivas (ALICE)

Apoio a Gestão

- Consultoria
- Assessoramento

Regulamentação Transferências



Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023

- Convênios e Contratos de Repasse

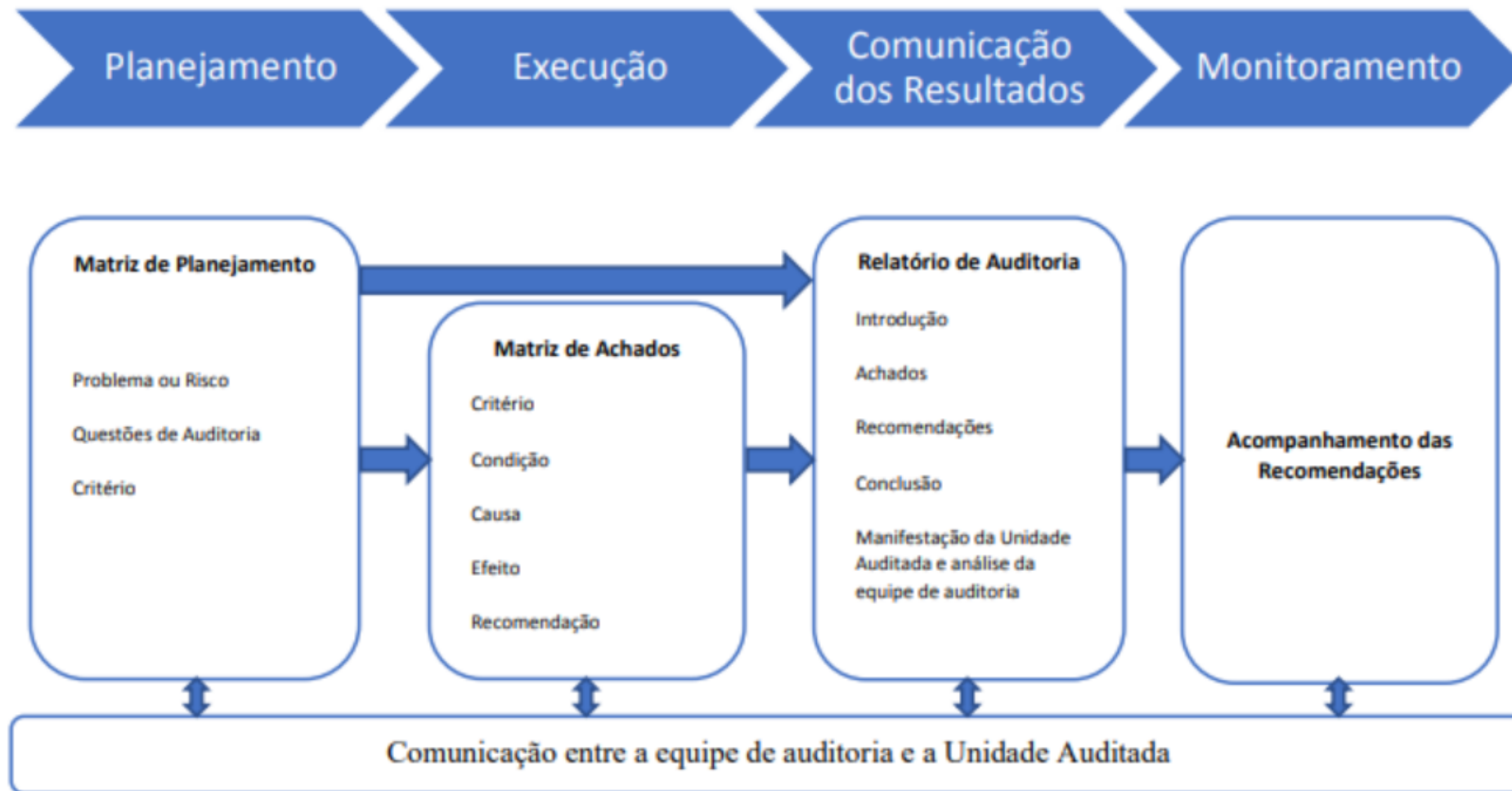
Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32/2024

- Termos de compromisso do PAC

Portaria Conjunta MGI/CGU Nº 2/2024

- Análise paramétrica de orçamentos

Figura 1 – Fluxo dos elementos do Relatório de Auditoria



Fonte: adaptado de THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. IPPF – Supplemental Guidance, Practice Guide. **Audit Reports: Communicating Assurance Engagement Results.** IIA Global, oct. 2016.p.13.

ORIGEM DOS RECURSOS X COMPETÊNCIA DA CGU E REFERÊNCIA DE PREÇOS

OGU – Execução Federal

- SICRO e SINAPI
- Todas as competências CGU
- Responsabilização ampla

OGU - Transferências

- SICRO e SINAPI
- Competências compartilhadas, parte do ente/parte da União
- Mandatária com responsabilidades próprias
- Responsabilidade a depender das competências de cada parte.

Financiamento Instituições Federais

- Não se aplica SICRO e SINAPI*
- Recursos tidos como do ente;
- Competência da CGU em avaliar limitada ao papel das instituições Federais;

Recursos Organismos Internacionais

- Não se aplica SICRO e SINAPI*
- Recursos tidos como do ente;
- A CGU não tem competência.
- Ação da CGU sempre em suporte;

ORIGEM DOS RECURSOS X COMPETÊNCIA DA CGU E REFERÊNCIA DE PREÇOS

Art. 23 Lei nº 14.133/2023

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:


I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (**Sicro**), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (**Sinapi**), para as demais obras e serviços de engenharia;

(...)

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, **desde que não envolvam recursos da União**, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o **caput** deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de **outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo**.

Definição de Sobrepreço na Nova Lei de licitações:

Art. 6º, inciso LVI – sobrepreço: preço orçado para **licitação ou contratado em valor expressivamente superior** aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, **seja do valor global do objeto**, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada **por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada**;



Margem de
segurança

Do valor global do
objeto



Metodologia de Cálculo

Metodologias de Cálculo Sobrepreço

Edital

Regime de execução Preço unitário (MLPU)

Regimes por preço global (também existe a limitação de custos unitários em função arts. 3 e 4 Dec. 7.983/2013 ou Art. 23 NLL, mas não é sobrepreço se o preço global estiver ok)

Após propostas

MPLG qualquer regime de execução

Se teve aditivo, verificar manutenção do desconto.

MPLU = Método da Limitação Preços Unitários

MPLG = Método da Limitação do preço Global

Manutenção do desconto (Jogo de Planilha)

Art. 128. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a **diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência** não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

A inobservância é um tipo específico de superfaturamento previsto na alínea “c” do inciso LVII, da Lei nº 14.133/2021

Como calcular:



[Procedimento para Manutenção do Desconto em Aditivos.docx](#)



[Planilha modelo manutenção do desconto.xlsx](#)


Exemplo de Irregularidade

Figura 22: Foto indicando a presença de brita na massa asfáltica utilizada nas obras

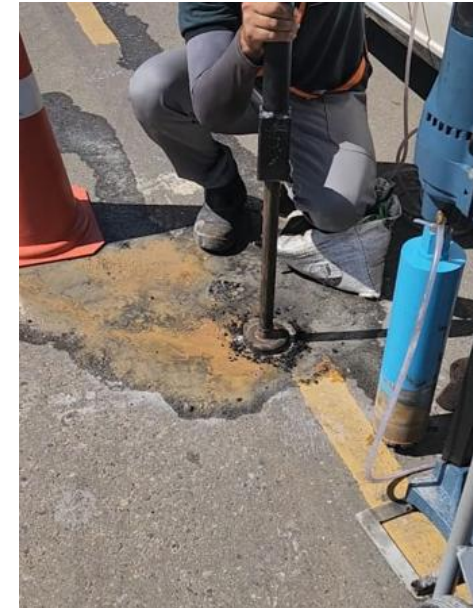


Detalhe da utilização de brita na massa asfáltica indicando tratar-se de CAUQ ao invés de AAUQ.
Salgado/SE, em 06.06.2022

Fonte: Registro fotográfico produzido pela CGU, relatório 910753.

				CÁLCULO DA DENSIDADE TEÓRICA									
Cliente: ENGEFORT					Obra : CODEVASF			Trecho:					
		Brita 5/8"		Brita 3/8"		Pó de Pedra				Soma dos agregados			
	%	D.real	%	D.real	%	D.real							
	25,00	2,613	25,00	2,625	50,00	2,796				100,0			
Densidade Teórica										Densidade Real			
Teor	5,0	3,5	4,0	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5		Agregados	Cap		
DT.	2,493	2,553	2,532	2,512	2,493	2,473	2,454	2,436		2,705	1,002		
CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS													
Material	Procedência			Dens. Aparente		Dens. Real		Composição					
								%					
Brita - 5/8"	Pedreiras SOLAR			1,367		2,613		%					
Brita - 3/8"	Pedreiras SOLAR			1,382		2,625		%					
Pó de Pedra	Pedreiras SOLAR			1,524		2,796		%					
				-									
CAP 50/70						1,002		%					
								%					
								100,0					
								100,0					

Laboratório de Asfalto CGU



Laboratório de Asfalto CGU



marcari

TAG	Nº 11-11-11		
CIDADE	VITORINO FREIRE-MA	ENDEREÇO	RUA PRINCIPAL 2 (TITI BADIR)
COORDENADA	9.526.794,3530		471.486,3116
DATA	29/8/23	HORA	17:58
ASSINATURA A1MC [signature]			
ASSINATURA FISCAL [signature]			

ENDEREÇO		Rua Principal 2 (TITI BADIR)	
PROTOCOLO DE FOTOS			
1ª FOTO	INICIO DO SERVIÇO		X
2ª FOTO	FIM DO SERVIÇO - PONTO OBTURADO		X
3ª FOTO	MEDIDA DA ESPESSURA		X
4ª FOTO	CP COM O ADESIVO ASSINADO		X
VERIFICAÇÃO DE ESPESSURA			
CM - ESPESSURA CAPA CP		2,6 cm	
VERIFICAÇÃO DE ADERÊNCIA CAPA/BASE			
CAPA SOLTA DA BASE FACILMENTE, SEM AGREGADOS DA BASE FIXADOS A CAPA			
MÉDIA ADERÊNCIA COM AGREGADOS DA BASE FIXADOS A CAPA			
BOA ADERÊNCIA ENTRE BASE E CAPA			
OBSERVAÇÕES			
CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS			
SOL	X		
CHUVA			
NUBLADO			
ASSINATURAS			
A1MC	[signature]		
FISCALIZAÇÃO	[signature]		



Laboratório de Asfalto CGU



CGU



Rice Test
(densidade máxima teórica)



Prensa
(compressão diametral)



Soxhlet (DNIT 158/2011)
(Teor de betume)

Figura 6: Fluxo de Realização e validação de testes (Ibraop).

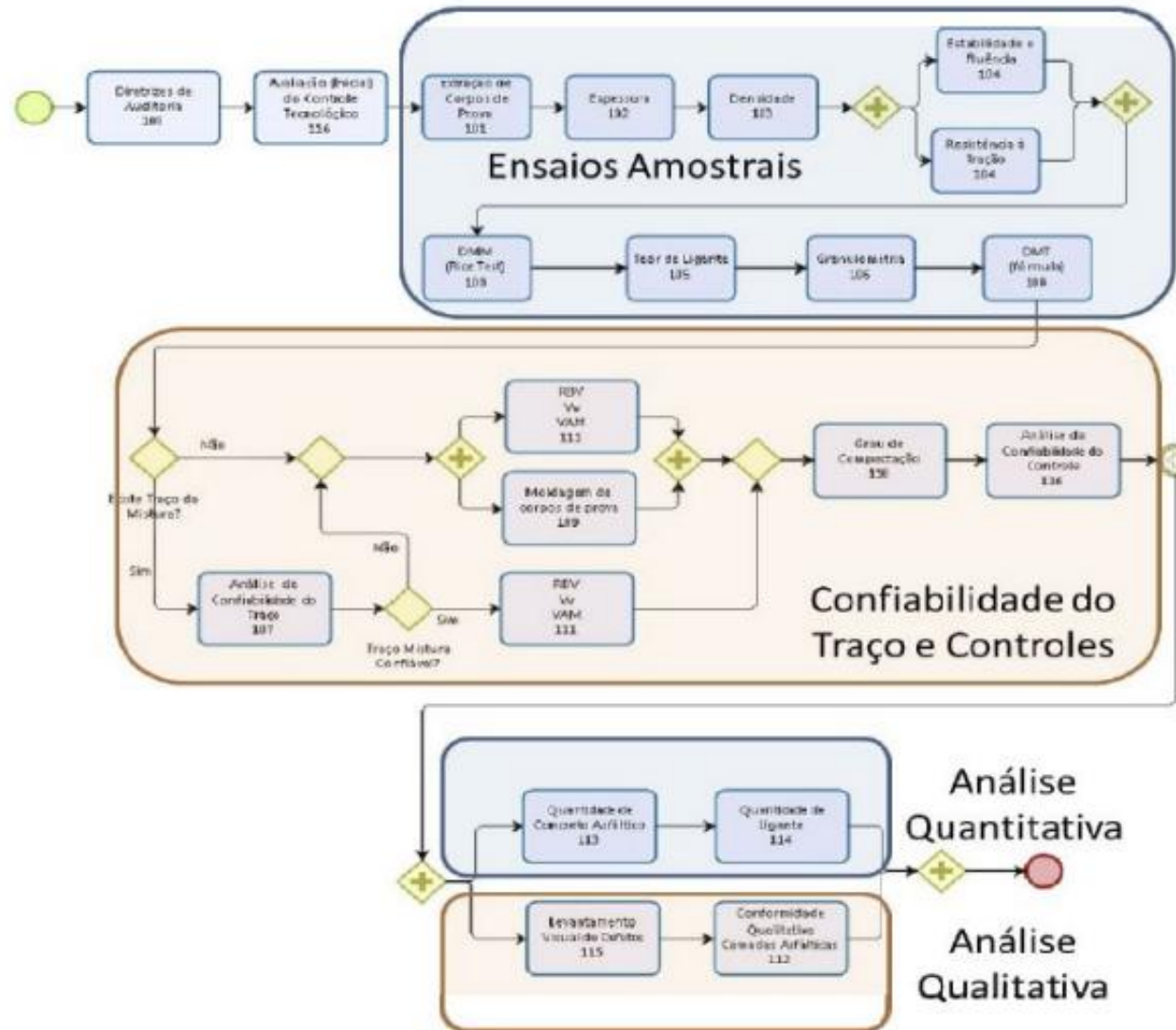
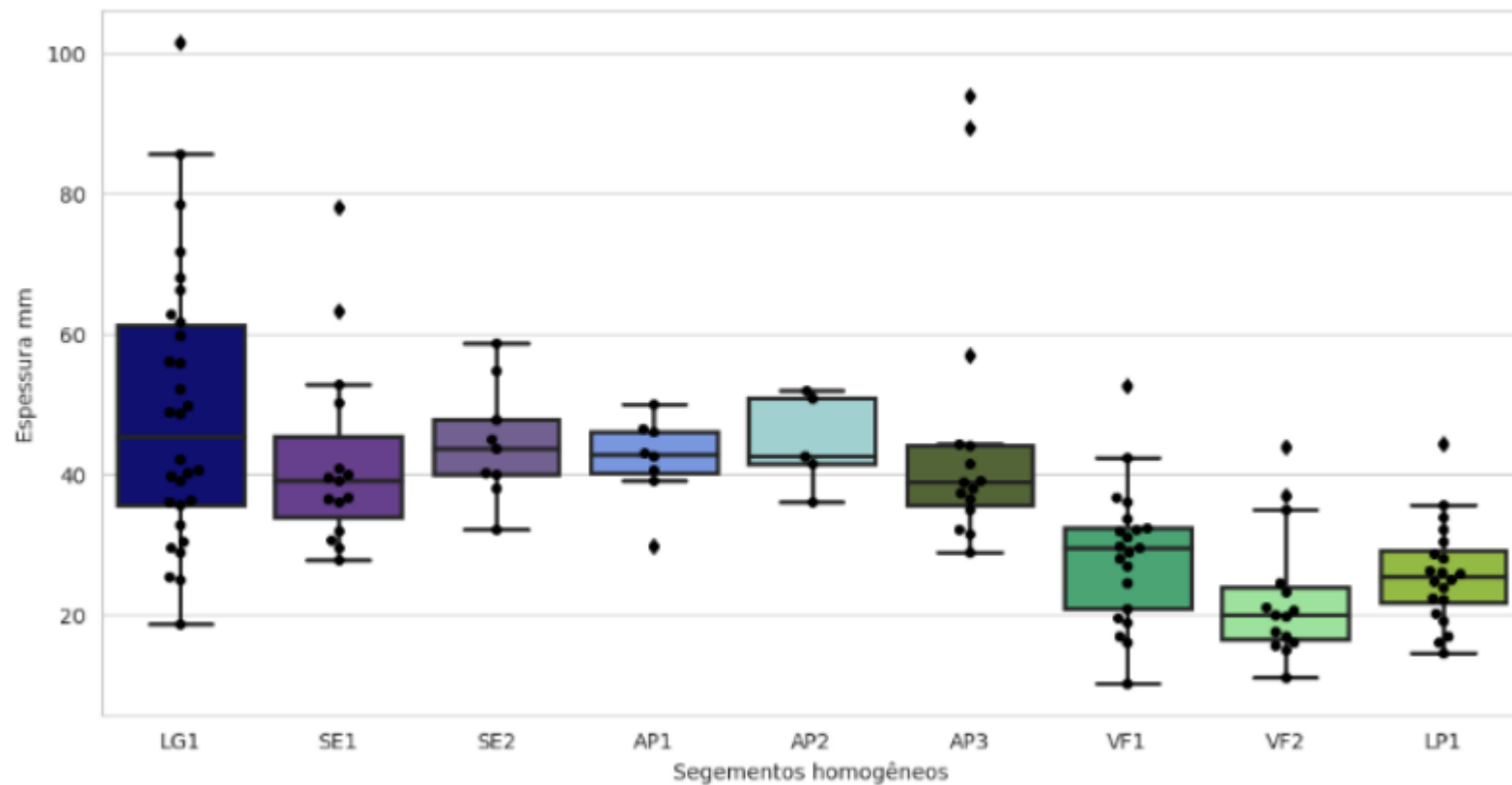


Figura 9: Exemplo da variação de espessuras observadas no Contrato 4.132.00/2020.



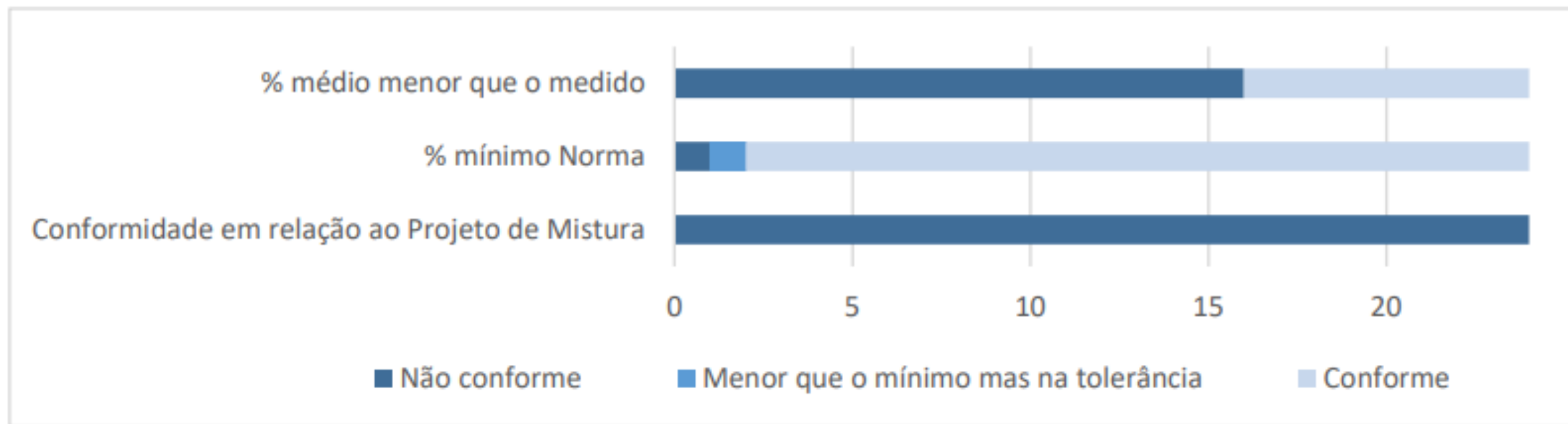
Fonte: Registros fotográficos da retirada das amostras em Lagarto/SE, em: 11/04/2023.

Figura 11: Gráfico tipo *Boxplot* para a espessura dos pavimentos em Sergipe, Amapá e Maranhão.



Fonte: Elaboração própria com os resultados das medições das amostras em laboratório.

Figura 17: Gráfico Resumo - Resultados das Análises Teor de Ligante Asfáltico.



Fonte: Elaboração própria.

Fonte: Relatório nº 1414334 - Consolidação dos trabalhos de avaliação do resultado de controle de qualidade dos pavimentos asfálticos na Codevasf.

Contratação Integrada

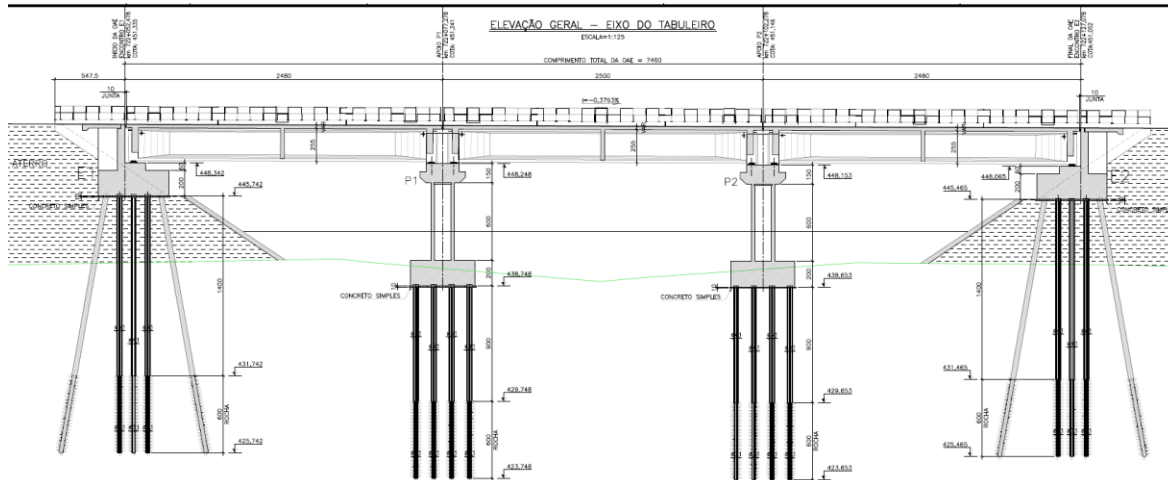
Critérios de Desempenho

FIOL Lote 6F

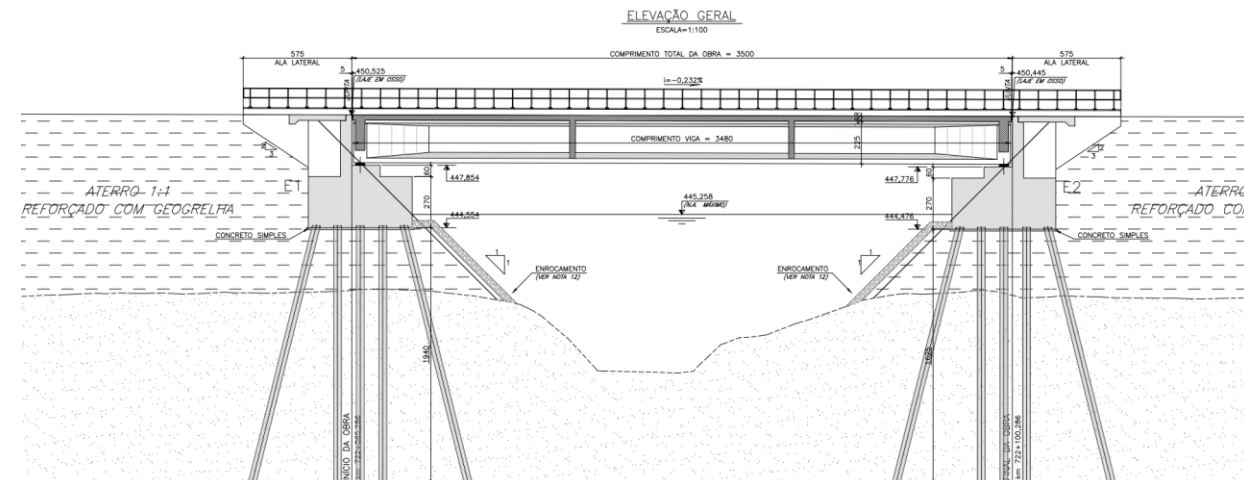
- Projetos executivos de OAE descumprem os critérios de desempenho
- Redução das dimensões de pontes, impactando negativamente as condições ambientais (redução do comprimento de 74,60m para 35m)

Ponte Sobre o Riacho Desvio de Pedra

Anteprojeto



Projeto executivo



Contratação Integrada



Ferrovia Norte Sul



Drenos sub-horizontais profundos **16.639m (anteprojeto)**, frente a **5.220m (projeto executivo)**, nem todos foram executados nas obras, não houve aplicação de manta para proteção dos taludes prevista em projeto.

Fonte: Relatórios nº 201700820, 201700821 e 201700822

BR-163/PA



Anteprojeto inclinação 2:1
Projeto executivo inclinação 1:1

Imagens de Satelites

Identificação da caixa de empréstimo/jazida BR-440/MG a partir das imagens da
Plataforma Brasil MAIS (sobrepço R\$ 2.748.384,66)



Fonte: Nota Técnica nº 146/2016/GSNOB/GAB/SFC/CGU-PR e Relatório nº 838209,
disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1196006>

Utilização de Drones para obtenção de Evidências

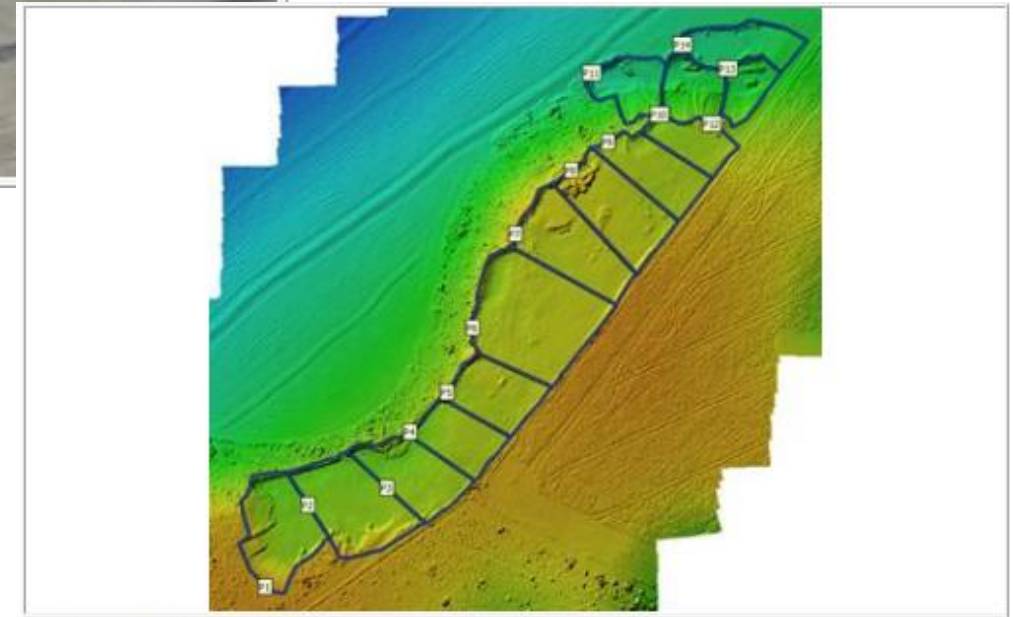
1) Mapeamentos de Lavras de Mineração ANM (cálculos dos volumes explorados para quantificação da CFEM)

Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1184085>



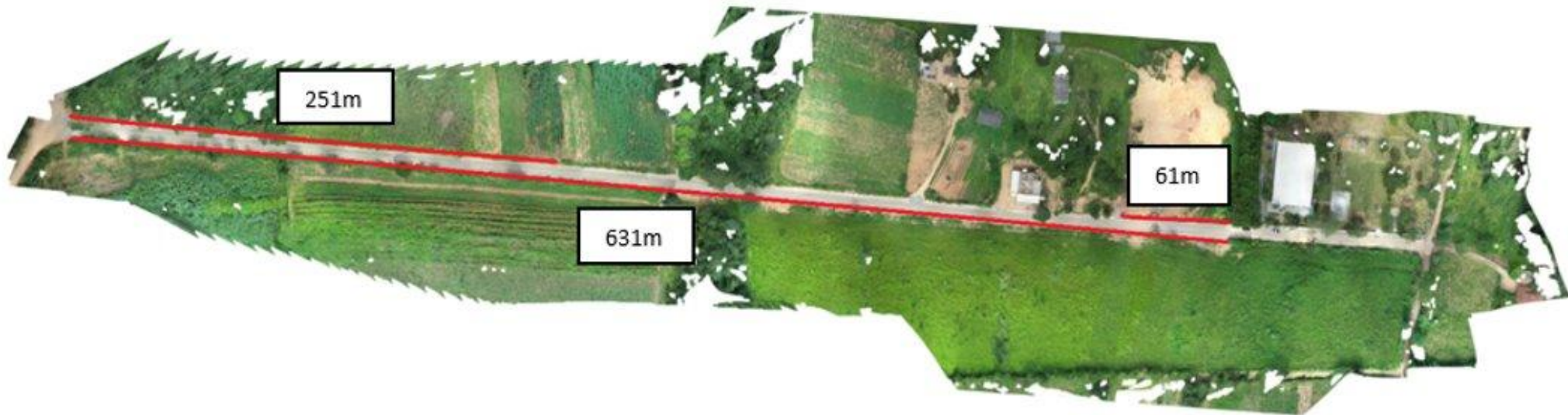
Ortofoto 3D Obtida por processamento de imagens
Software Metashape

Modelo Digital de Elevação (DEM)
para obtenção dos volumes
explorados



Utilização de Drones para obtenção de Evidências

2) Levantamentos aerofotogramétricos de áreas de pavimentação e comprimentos de elementos de drenagem superficial.



Fonte: Mapeamento aerofotogramétrico da CGU.

Auditoria nº 954457 - Avaliação qualidade pavimentos nas BRs 060/GO e 153/GO - Concebra

Parceira com INC/PF



DADOS BRUTOS (PERFILÔMETRO)

CIBERMÉTRICA

Levantamento com Perfilômetro

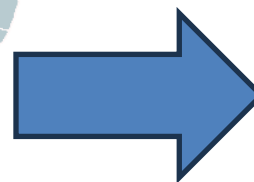
Realização:		Cibermétrica											
Data:		17-11-2021											
Contratantes:		PF											
Equipamento:		Perfilômetro CiberLaser											
Operador:		Bruno											
Localização:		BR060GOVOLTA											
Sentido:		A											
Faixa:		D											
Trecho:		km 140.73 ate km 89.14											
Distância entre Sensores (cm):		86 -55 215 171											
Início (km)	Fim (km)	IRI Esq	IRI Esq	IRI Dir	Médio	QI Esq	QI Esq	QI Dir	Médio	Vel. (km/h)	Latitude (sad69)	Longitude (sad69)	Obs
98,00	97,80	3,77	2,68	4,19	3,98	43,9	29,9	52,0	41,9	67	16°23'02,9" S	48°57'13,2" W	km98
97,80	97,60	5,84	3,64	6,24	6,04	77,5	47,3	74,5	66,5	67	16°22'57,4" S	48°57'09,8" W	
97,60	97,40	6,65	3,95	9,16	7,91	83,6	47,0	117,3	82,6	64	16°22'51,9" S	48°57'06,1" W	
97,40	97,20	5,59	3,24	6,21	5,90	73,8	38,3	83,7	65,3	64	16°22'46,7" S	48°57'02,0" W	
97,20	97,00	6,84	6,76	7,22	7,03	94,8	111,5	125,3	110,6	41	16°22'42,0" S	48°56'57,0" W	lombada
97,00	96,80	4,40	4,05	5,30	4,85	59,5	51,0	68,0	59,5	55	16°22'37,2" S	48°56'52,6" W	km97
96,80	96,60	3,93	2,59	4,32	4,12	42,8	26,4	52,2	40,5	66	16°22'32,6" S	48°56'48,1" W	



PONTOS NOTÁVEIS

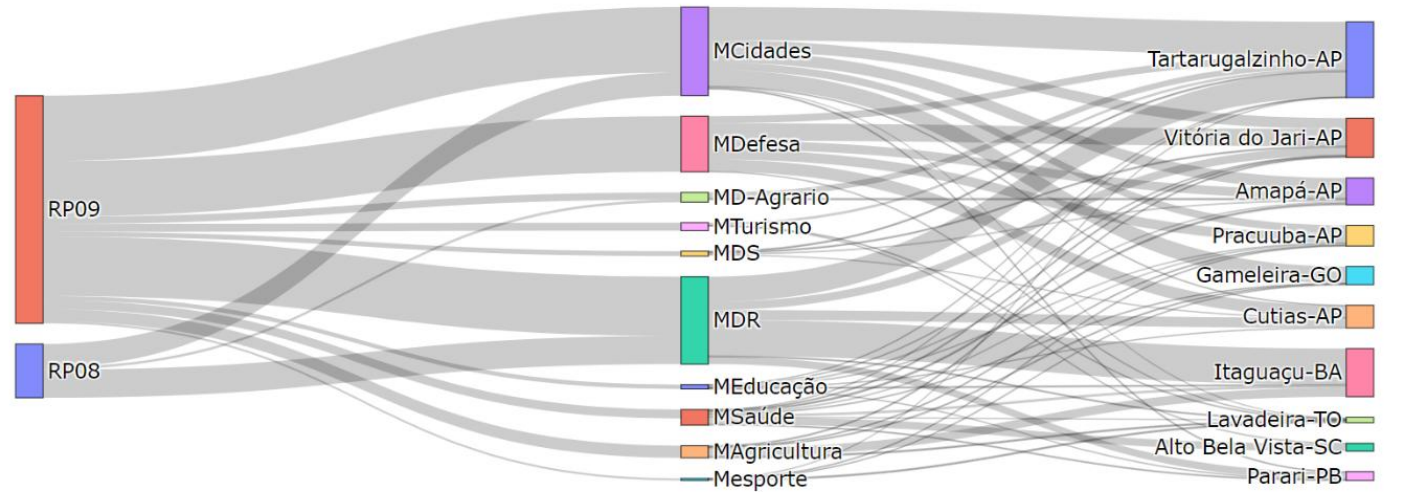
ADPF 854 - Emendas parlamentares RP 8 e RP 9.

Etapa 1 (Relatório 1729694) e Etapa 2 (Relatório 1729702)



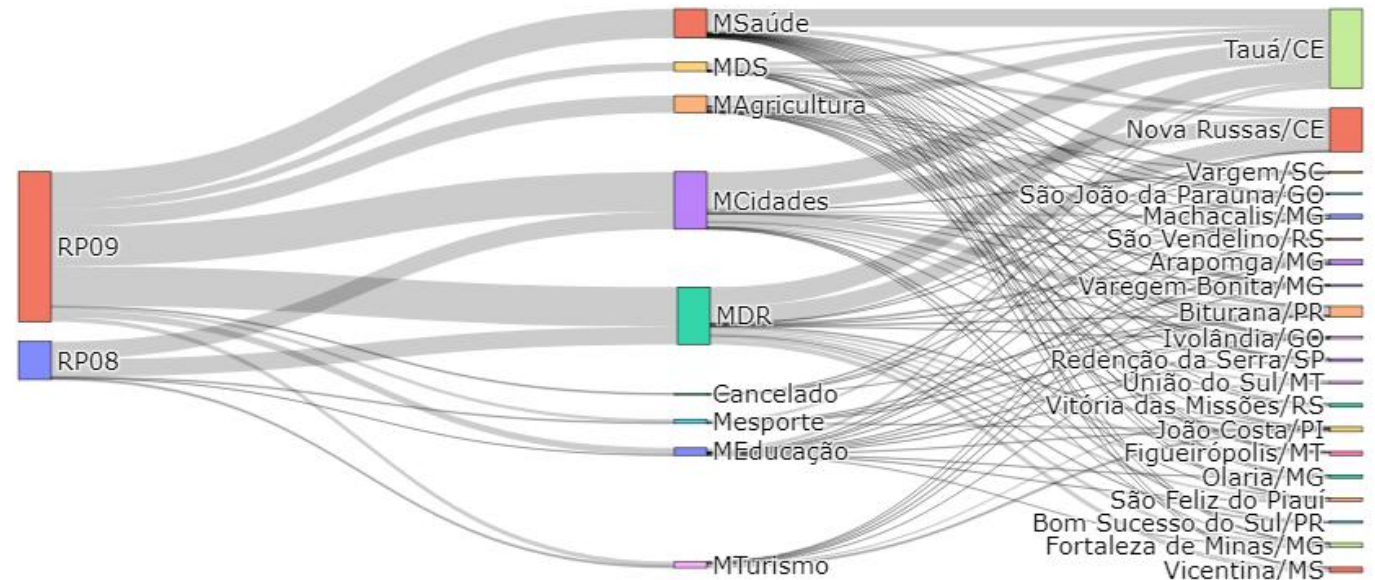
30 Municípios Avaliados
R\$ 787 milhões
em emendas RP-08 e RP 09

Fluxo de recursos Emendas RP8 e 09 para os Municípios



10 primeiros Municípios

20 Municípios, segunda análise



Obrigado

Diretoria de Auditoria de políticas de
Infraestrutura - DI/SFC/CGU

E-mail: sfc.di@cgu.gov.br;

Telefone: (61) 2020 - 7200

X Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União

Um universo de possibilidades para a gestão pública

REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



PATROCÍNIO-MASTER



PATROCÍNIO



Agência Brasileira de
Desenvolvimento Industrial



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



APOIO



CO-REALIZAÇÃO

